

**A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO ATIVA DO MOVIMENTO SINDICAL DOS
TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO
ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (PADRSS)**

Antonio Gilberto Viegas da Silva¹

Somos o que fazemos, mas somos principalmente, o que fazemos
para mudar o que somos.

Eduardo Galeano.

A população brasileira deve guardar na lembrança a figura do então constituinte Ulisses Guimarães erguendo o exemplar do texto constitucional e bradando: "esta é a constituição cidadã", aquela afirmação não era apenas uma figura de retórica, mas a mensagem significativa que a sociedade havia conquistado através de seus representantes, um instrumento de orientação da vida democrática da nação.

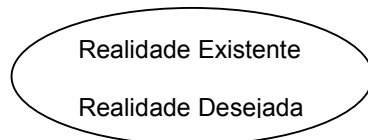
A simbologia do gesto do líder político indicava que os movimentos sociais e toda a sociedade brasileira tinham uma participação efetiva na conquista de espaços fundamentais de discussão e implementação de políticas de interesse de toda a sociedade.

O tema aqui colocado surge a partir de debates e reflexões com lideranças de trabalhadores e trabalhadoras rurais sobre os desafios do movimento sindical, em encontros realizados em um dos módulos de formação político-sindical da Escola Nacional de Formação (ENFOC) da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em que se objetivou a formação e capacitação de suas lideranças e parceiros. Nesses debates evidenciou-se uma posição, até certo ponto compreensível, de alguns dos participantes, que entendiam que o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) não deveria participar de alguns espaços de discussão no município porque estaria fortalecendo o Projeto Neoliberal, o projeto hegemônico. Achava essa mesma corrente, que a base do movimento é que deveria ser trabalhada

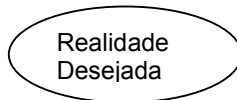
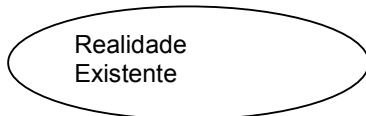
¹ Médico Veterinário, Assessor Regional da CONTAG para a Região Centro-Oeste.
E-mail: gviegas@terra.com.br

para se contrapor a essa hegemonia. Outros sustentavam que era necessário participar efetivamente, tanto na base, sensibilizando e capacitando as lideranças, como nos diversos espaços de participação conquistados pelo próprio movimento. Foi essa diversidade de opiniões, muito salutar para o desenvolvimento coletivo, que induziu às reflexões e idéias tratadas neste texto. Entende-se que é fundamental sensibilizar a base do movimento, estar ligado às suas questões, mas não se pode prescindir dos diversos espaços conquistados e que devem ser valorizados com uma participação qualificada de nossas lideranças na busca de novas conquistas e na reafirmação das já consolidadas. Gandim (1994) observa que do ponto de vista prático tem-se três tipos de ações:

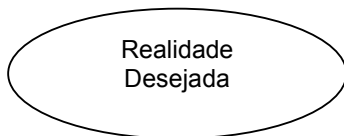
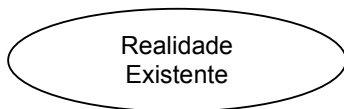
1. Dos extremos conservadores: para os quais não há distinção entre a realidade desejada e a existente.



2. Dos extremos revolucionários: para os quais não há ponto de contato entre a realidade desejada e a realidade existente.



3. Dos que querem mudanças a partir do que existe: para os quais a realidade desejada e a realidade existente têm pontos de contato e pontos discordantes.



Dentre as alternativas mostradas, esta última é a mais indicada para a implementação do PADRSS, uma vez que a primeira não é pretendida porque o MSTTR

não está conformado com uma realidade de exclusão e reprodução da pobreza e de manutenção do projeto conservador. Por outro lado, não existe ambiente para extremos revolucionários, no sentido de se pegar em armas para uma mudança radical, uma vez que a mudança está sendo processada com a participação da sociedade civil e o movimento sindical dos trabalhadores (as) rurais tem sido um protagonista de extremo significado na construção de um ambiente democrático.

Todos concordam que as ações na base devem ser processadas com bastante efetividade buscando sensibilizar as lideranças para uma participação nos espaços conquistados com mais propriedade e de maneira qualificada. A grande maioria dos municípios brasileiros tem formado os seus Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), onde vários segmentos da sociedade civil têm assento. Mas sabe-se por outro lado que, na grande maioria desses municípios existe uma manipulação significativa por parte do poder local.

A esmagadora maioria dos conselhos de desenvolvimento rural formou-se no Brasil a partir de 1997 como condição para que os municípios recebessem recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em sua “linha” de infra-estrutura e serviços. (ABRAMOVAY, 2001).

Quanto mais ativos forem os movimentos sociais, menos serão essas interferências negativas dos poderes locais. Sabe-se que são poucos os municípios brasileiros que não contam com a presença de um sindicato de trabalhadores (as) rurais. O que é um fator que motiva a intensificação do trabalho de base para se contrapor à essa dominação. E como se faz esse contraponto? Certamente fortalecendo as lideranças do movimento sindical para uma participação reflexiva, a fim de reverter essa interferência negativa do poder local. Desse modo, é praticamente impossível trabalhar a base sem fazer com que seus atores sociais possam estar ocupando esses espaços para a reversão do processo hegemônico que se instala em primeira instância, no município e, posteriormente em toda sociedade. Nesse aspecto é importante atentar para a observação de Furtado:

Assim, a capacitação direcionada a formar atores reflexivos e interativos permite a construção de uma abordagem pedagógica para intervenção, que tenta desenvolver ações no sentido da formação de capital social, para tornar possível encaminhar soluções para os problemas crônicos do rural, tendo como referência o desenvolvimento local. (2000, p. 47).

É com a visão de cada vez mais se intensificar a formação de lideranças na base, para potencializar a capacidade endógena dos diversos atores para influenciar de maneira positiva as definições de políticas que venham de encontro aos interesses dos agricultores (as) familiares. Não se consegue avançar nesse sentido apenas trabalhando mobilizações de massa, sem buscar aproveitar todas as conquistas que a sociedade civil organizada tem conseguido. Dentre essas conquistas está aquela em que as verbas do governo federal não são repassadas para os municípios se não houver o aval de cada conselho, por exemplo. Esse é um sinal claro que indica a necessidade de acompanhamento nesses espaços pelos representantes do MSTTR, não apenas como elemento fiscalizador dos recursos públicos, mas para proposição de ações que visem o interesse coletivo em cada município. Esse pensamento não representa uma coisa nova para o movimento como um todo, é evidente que existem, como já foi colocado anteriormente idéias discordantes, mas é emblemática a afirmação da CONTAG:

A CONTAG se propõe, a partir de seu espaço de atuação – o setor rural, organizar os trabalhadores e trabalhadoras para a luta e a disputar a hegemonia na sociedade, para chegar a transformações capazes de garantir melhores condições de vida e trabalho para todos, resgatando a cidadania em todos os espaços sociais. (2000).

Esses espaços de participação não podem se tornar meros assentos de expectadores passivos a escutarem as decisões que emanam dos poderes locais dominantes. “Quem acredita em participação, estabelece uma disputa com o poder”. (DEMO, 2001, p. 20).

Verifica-se que na grande maioria dos municípios o poder local tem uma certa tranqüilidade com relação à “participação” das entidades nos conselhos. Mantém

segundo essas entidades uma “boa” relação com os prefeitos, concordando com tudo que lhes são apresentados. Esquecem esses representantes dos vários segmentos da sociedade civil que muitas vezes o conflito se estabelece para se chegar ao consenso. Mas para que isso aconteça há necessidade de re-significar a participação.

A CONTAG tem se preocupado com a formação e capacitação não apenas de suas lideranças, mas de seus parceiros e colaboradores, o que tem melhorado sensivelmente essas intervenções em vários locais. O que vem a ser consubstanciado pela afirmação de Demo:

Os fenômenos participativos, sobretudo as formas de organização da sociedade civil, precisam manifestar pelo menos quatro marcas qualitativas para corresponderem àquilo que estamos chamando de qualidade política: representatividade, legitimidade, participação da base e planejamento participativo auto-sustentado.(2001, p. 45).

É nesse aspecto que a atuação da ENFOC toma um caráter fundamental no processo de formação e capacitação de seus educandos, estimulando a disseminação de toda experiência vivenciada, mas também buscando a re-significação de pensamento desses mesmos educandos, nos vários momentos em que os educadores são convidados a refletirem a atuação sindical, frente aos diversos desafios apresentados pelo projeto hegemônico.

Portanto, dentre tantos elementos que a ENFOC traz para discussão do movimento sindical, uma delas é dar visibilidade para o próprio movimento sobre a necessidade de ruptura com a passividade que alguns membros têm, contribuindo inclusive, com o fortalecimento do projeto neoliberal. É preciso estar atento a esse desafio de caráter interno do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

BIBLIOGRAFIA

GANDIN, Danilo. ***A Prática do Planejamento Participativo***. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ABRAMOVAY, Ricardo. In ***Conselhos Além dos Limites***. 2001. Texto preparado para o Seminário Desenvolvimento Local e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural organizado pela EMATER/RS, pela FETAG/RS com apoio da GTZ, nos dias 20 e 21 de junho de 2001.

FURTADO, Ribamar e Eliane. ***A Intervenção Participativa dos Atores- INPA. Uma Metodologia de Capacitação para o Desenvolvimento Local Sustentável. IICA***. Brasília, 2000.

CONTAG. ***Nossa Luta, Nossa História***. Brasília/DF: Multimeios, 2000.

DEMO, Pedro. ***Participação é Conquista: noções de política social***. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. ***Pobreza Política***. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.